



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 18186.002024/2007-12
Recurso nº Voluntário
Resolução nº **3201-000.659 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Data 15 de março de 2016
Assunto RESSARCIMENTO PIS/PASEP
Recorrente PETROSUL DISTRIBUIDORA DE PETRÓELO
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos , em converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora.

(assinado digitalmente)

Charles Mayer de Castro Souza– Presidente

(assinado digitalmente)

Ana Clarissa Masuko dos Santos Araujo- Relatora

Participaram da sessão de julgamento, os Conselheiros: . Charles Mayer de Castro Souza (Presidente), Carlos Alberto Nascimento e Silva Pinto, Mercia Helena Trajano Damorim, Cassio Schappo, Ana Clarissa Masuko dos Santos Araujo, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Winderley Moraes Pereira, Tatiana Josefovicz Belisario.

Relatório

Refere-se o presente processo a pedido de ressarcimento COFINS, relativo ao 4º trimestre de 2004. Para bem relatar os fatos, transcreve-se o relatório da decisão proferida pela autoridade *a quo*:

PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSP E COM COMBUSTÍVEIS LTDA, empresa acima identificada, ingressou com PER/DCOMP, vinculados a supostos créditos de COFINS.

2. A DERAT/DIORT proferiu Despacho Decisório de fls. 259/263, ciência em 14/05/08 (fl. 269), por intermédio do qual foram indeferidos os Pedidos de Ressarcimento e não homologadas as compensações apresentadas, tendo em vista que a aquisição de álcool para fins carburantes não gera crédito da COFINS.

3. O contribuinte apresentou manifestação de inconformidade de fls. 271/291, em 11/06/08, alegando em síntese:

3.1.os pedidos de ressarcimento não se referem apenas à aquisição de álcool para fins carburantes, mas também a créditos relativos à aquisição de bens/serviços utilizados como insumos: energia elétrica, fretes, carretos, gasolina/óleo diesel;

3.2.as receitas da venda de gasolina passam a não ser excluídas da base de cálculo da COFINS não-cumulativo independentemente de quem as auferiu;

3.3.somente as receitas da venda de álcool permanecem na regra da cumulatividade;

3.4.parte das receitas de venda da empresa não decorre da venda de álcool, assim teria direito a se creditar em relação a estas receitas;

3.5.a decisão proferida pela DERAT-SP não analisou o ressarcimento relativo a créditos referentes à energia elétrica, fretes, carretos, gasolina e óleo diesel. Esta decisão é nula;

3.6.a gasolina "C" é resultado de uma mistura de dois insumos gasolina "A" (fornecida pela Petrobrás) e álcool etílico anidro combustível (fornecido pelas usinas). Cita IN-SRF n's 247/02 e 404/04 e a Resolução ANP nº 36/05;

3.14.requer o deferimento da solicitação.

4. É o relatório.

A Delegacia de Julgamento julgou improcedente a manifestação de inconformidade, em decisão assim ementada:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS Ano-calendário: 2005 CRÉDITO DE COFINS.

A aquisição de álcool anidro para fins carburantes e de gasolina A com a intenção de obtenção de gasolina C não gera crédito de COFINS para distribuidora de combustíveis.

PEDIDO DE RESSARCIMENTO.

Os procedimentos de reconhecimento de direito creditório exigem do sujeito passivo a comprovação do direito que entende possuir.

Solicitação Indeferida Em síntese, entendeu-se, inexistir a nulidade do despacho decisório, pois o contribuinte, no momento em que foi instado a se manifestar, referiu-se exclusivamente a créditos oriundos de álcool anidro, gasolina A e serviços de transporte, não podendo requerer a nulidade do despacho decisório por ele não ter abordado créditos referentes a óleo diesel, despesas de energia elétrica consumida nos estabelecimentos da empresa e despesas de armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda.

No mérito, afirmou-se que o álcool etílico anidro e conseqüentemente a gasolina A, não são considerados insumos pela legislação tributária., porque o artigo 3º, I, "b", c/c artigo 2º, § 1º e artigo 10, § 3º, IV, todos da Lei nº 10.637/02, na redação vigente à época, determinavam que a venda de gasolina e álcool etílico anidro não poderiam gerar crédito de COFINS.

Quanto aos demais insumos suscitados pelo interessado: óleo diesel, transporte de insumos, despesas de energia elétrica consumida nos estabelecimentos da empresa e despesas de armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, parte do faturamento decorre da venda de produto sujeito ao regime cumulativo, no caso álcool para fins carburantes. O artigo 8º, inciso VII, alínea "a", da Lei nº 10.637/02, na redação vigente à época, dispunha que a venda de álcool para fins carburantes permaneceu sujeita às normas da legislação do COFINS no regime de incidência cumulativo e monofásico do PIS, que não geraria crédito.

Considerando-se que os créditos solicitados decorrem de óleo diesel, transporte de insumos, despesas de energia elétrica consumida nos estabelecimentos da empresa e despesas de armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, estes custos/despesas deveriam ser rateados entre as receitas sujeitas ao regime cumulativo e aquelas não sujeitas a este regime. não obstante, o contribuinte não discriminou estes valores, apropriando-os à receita cumulativa e à receita não cumulativa, não acostando aos autos nenhum documento comprobatório.

Em sede de recuso voluntário, foram reiterados os argumentos de manifestação de inconformidade, pedindo a diligência para a apuração do rateio proporcional, trazendo-se à colação a Planilha Demonstrativa da apuração da PIS/PASEP que detalha os valores lançados na DACON, a fim de demonstrar a correta aplicação do dispositivo legal (apropriação proporcional do crédito).

Sintetiza seu recurso aduzindo que, considerando que disponibilizou quando da resposta ao pedido de esclarecimento toda a sua documentação fiscal a autoridade competente; que nunca deixou de aplicar o "rateio proporcional" decorrente da apropriação dos créditos objeto do Pedido de Ressarcimento da contribuição para o PIS/Pasep.

Ademais, que não pleiteou ou se utilizou de créditos de COFINS sobre as aquisições e vendas de álcool hidratado. ao contrário, arcou com o ônus da tributação cumulativa, sem contrapor créditos de qualquer natureza; que os créditos objeto do presente

processo dizem respeito exclusivamente a custos e despesas incorridos na sua atividade operacional e do álcool anidro adicionado gasolina A, deve ser a reforma da decisão proferida.

É o relatório.

Voto

Conselheira Ana Clarissa Masuko dos Santos Araujo, Relatora

O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, pelo que dele tomo conhecimento.

Inicialmente, quanto ao argumento de nulidade por cerceamento do direito de defesa, em razão do procedimento despacho decisório não enfrentar todas os créditos pleiteados, deve ser analisado o procedimento que o precedeu.

Compulsando-se os autos, verifica-se que no pedido de DACON, foram lançados os seguintes créditos:

-Linha 6 e 7 - Bens Utilizados como Insumos (Art. 3º, inciso II das Leis 10637/2002 e 10.833/2003):

-álcool anidro, por perder suas propriedades físicas e química quando adicionado à gasolina C;

-gasolina A e óleo diesel;

-Linha 03, fichas 6 e 7 - Serviços Utilizados como Insumos (Art. 3º, inciso II das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003):

-Linha 04, fichas 6 e 7- Despesas de Energia Elétrica (Art. 3º, inciso III das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003):

-Despesas de energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica, conforme previsto na legislação vigente;

-Linha 07, fichas 6 e 7 - Despesas de Armazenagem de Mercadoria e Frete na Operação de Venda (Art. 3º, inciso IX das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 As fls. 75, o termo de intimação fiscal determina:

1) Esclarecimentos relativo ao fato de ter informado na DIPJ 2006 que a empresa é revendedora de mercadorias e não comercializa produtos de fabricação própria, enquanto nos DACONs dos 2º, 3º e 4º trimestres de 2005 afirma ter crédito de PIS não cumulativo relativo a bens utilizados como insumos;

2) O fundamento legal em que se baseia para considerar que as receitas são isentas, não alcançadas pela incidência do PIS, com suspensão ou sujeitas à alíquota zero, conforme item 13 da Ficha 07 dos DACONs dos 2º, 3º e 4º trimestres de 2005;

A Recorrente prestou os esclarecimentos pleiteados, sem que houvesse ulteriores requisições da fiscalizações, ou seja, depreende-se que foram satisfatórias as informações prestadas.

Ato contínuo, sobreveio o despacho decisório, fl.89, assim ementado:

PIS NÃO CUMULATIVA. CRÉDITO DECORRENTE DE AQUISIÇÃO, NO MERCADO INTERNO, DE ÁLCOOL PARA FINS CARBURANTES. VEDAÇÃO LEGAL.

A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002,, veda a apuração de crédito PIS, no regime não-cumulativo, relativo à aquisição, no mercado interno, de álcool para fins carburantes, ainda que tal produto seja adicionado à gasolina A para a formulação da gasolina C.

PEDIDOS DE RESSARCIMENTO INDEFERIDO.

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA.

Na fundamentação do despacho, verifica-se que, tão-somente, foi abordada a questão do crédito decorrente de álcool carburante, concluindo o despacho que "*como o suposto crédito teria origem na aquisição, no mercado interno, de álcool para fins carburantes, o pedido de ressarcimento, deve ser indeferido e as Dcomps, não homologadas*". Não se pode depreender, como quer a decisão recorrida, que a Recorrente de qualquer forma, tenha induzido a fiscalização a apreciar apenas a questão do álcool carburante, pois esta se ateve a prestar os esclarecimentos que lhe foram requisitados.

O pedido de ressarcimento contemplou os créditos referentes a óleo diesel, despesas de energia elétrica consumida nos estabelecimentos da empresa e despesas de armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, tendo sido reiterado esse ponto, desde a primeira instância.

Assim, não se poderia, posteriormente, negar o direito do contribuinte, por afirmar que este não teria exercido o seu ônus probatório, até mesmo porque, em consonância com o procedimento administrativo de compensação, faz-se o pedido com a declaração de créditos, sem que se exija a juntada dos documentos comprobatórios nesse momento, porém, apenas quando a fiscalização o exigir.

Em face do exposto, deve ser a conversão do julgamento em diligência para que a unidade de origem analise o alegado direito ao crédito referente a óleo diesel, transporte de insumos, despesas de energia elétrica consumida nos estabelecimentos da empresa e despesas de armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos termos do pedido da Recorrente.

(assinado digitalmente)

Ana Clarissa Masuko dos Santos Araujo